

AS BIBLIOTECAS NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO: HERANÇAS CULTURAIS

Carlos Eduardo de Oliveira Klebis¹ – E. E. Profa.
Hercy Moraes (SP) e FACECAP/CNEC (SP)

1. INTRODUÇÃO

Não podemos tratar da questão da construção das relações entre leitores e livros nos dias atuais sem levarmos em conta as circunstâncias em que as bibliotecas exercem seu papel no tocante à produção desse fenômeno cultural.

Ir à biblioteca envolve a decisão de um gesto autônomo de busca, de procura, e em contrapartida, cabe à biblioteca proporcionar que essa busca resulte num “encontro” com a leitura. Segundo Certeau (2004), “a autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos” (p. 268). Enquanto um dos espaços em que se determinam as relações entre leitores e livros, a biblioteca precisa atrair os novos leitores e abrir-se a esses “buscadores” iniciantes, no sentido de recebê-los e encorajá-los à descoberta dos leitores que são eles próprios, bem como das práticas de leitura com as quais mais se identifiquem. A tarefa da biblioteca, portanto, é também um trabalho de politização de leitores e de práticas de leitura.

Justamente por sua tarefa constituir um trabalho de politização, não podemos pensar a biblioteca sem considerarmos as políticas governamentais em torno do livro e da leitura, lembrando que uma política efetiva da leitura precisa iniciar-se pela compreensão das práticas já consolidadas na cultura no sentido de torná-las “politizáveis” (CERTEAU, 2004, p. 268).

Conhecer as práticas de leitura associadas às bibliotecas faz-se necessário não só à reforma das iniciativas e projetos governamentais já existentes, ou à concepção de novas e mais profícias políticas de leitura, mas também a uma nova possibilidade de se pensar a biblioteca e seu papel na construção das relações entre leitores e livros.

2. BREVE HISTÓRIA DA LEITURA NAS BIBLIOTECAS: HERANÇAS

¹ Mestre em Educação – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Língua Portuguesa da E. E. Profa. Hercy Moraes – Campinas-SP. Professor de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa dos cursos de Letras, Pedagogia, Normal Superior e Coordenador do curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Faculdade Cenecista de Capivari (FACECAP/CNEC) – SP. E-mail: eduklebis@yahoo.com.br

Com a célebre e remota Alexandria, o surgimento da instituição biblioteca funda um importante marco histórico nas relações entre o homem e a cultura. Conforme Chartier (1999), dos rolos, papiros e pergaminhos ao livro impresso e, mais recentemente, ao texto digital, constatamos inúmeras maneiras de se organizarem espaços de leitura e de se disporem acervos, bem como diferentes modos de consulta, circulação e leitura de livros e textos entre os sujeitos que, por uma razão ou por outra, utilizaram as bibliotecas em culturas, tempos e espaços os mais diversos ao longo da história das civilizações.

Em Alexandria, o texto se apresentava ainda sob a forma de rolos. Com mais de quinhentos mil rolos, a biblioteca de Alexandria dispunha, de fato, de um número de obras muito menos significativo, já que uma obra podia ocupar, sozinha, dez, vinte, até trinta rolos. O catálogo da biblioteca era constituído de cento e vinte rolos. É possível imaginar as operações manuais que a busca do universal exigia (CHARTIER, 1999, p. 118).

A forma como historicamente se construiu a idéia de biblioteca, constitui uma tradição, uma herança cultural, que em parte permanece até hoje, acumulada no imaginário de nossa civilização e que se reflete tanto no modo de organização dessa instituição, quanto em relação às práticas de leitura a ela associadas.

O significado etimológico do termo *bibliothekē*² é o de "caixa para guardar livros" que, por extensão, passou a designar o local onde se guardariam os livros de forma organizada, permitindo e facilitando o trabalho de possíveis consulentes.

A mais antiga biblioteca de que se tem notícia foi formada no século VII a.C. por Assurbanipal, rei da Assíria, em Nínive. Os assírios apesar de constituírem-se majoritariamente por guerreiros e de serem considerados um povo belicoso e afeito às questões militares, davam muita importância à preservação de arquivos, relatórios e documentos, os quais, então, eram gravados em placas de barro (FIG. 1). Cabe lembrar que, tanto na sociedade assíria, como em muitas outras civilizações da antiguidade e mesmo durante quase toda a Idade

² Do grego “βιβλιοθήκη” /bibliotheke/. sf. ‘biblioteca’. Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986.

Média, a leitura era uma prática quase que exclusiva dos reis, nobres, conselheiros, escribas e sacerdotes.



Fig. 1 – Documentos assírios do séc. VII a.C. esculpidos em placas de barro.

A mais importante biblioteca da Antigüidade, construída no século IV a.C. em Alexandria, no Egito, foi organizada por Demétrio de Falero e edificada por ordem de Alexandre, o Grande. Ali foram reunidos 60 mil volumes, manuscritos em pergaminhos (FIG. 2) ou em folhas de papiro (FIG. 3), com textos em grego e em outras línguas. A idéia da biblioteca de Alexandria compreendia uma busca pela reunião do universal, o que constitui uma das primeiras heranças de que são depositárias todas as outras bibliotecas futuras. No entanto, seu grandioso acervo foi destruído em 640 d.C., quando os árabes conquistaram Alexandria.



Fig. 2 – Pergaminho grego.



Fig. 3 – Papiro Egípcio.

No mundo latino, os romanos construíram numerosas bibliotecas públicas, que se estendiam desde a Espanha até a Grécia, e uma importante herança das bibliotecas desse período é a idéia de constituir um espaço de acúmulo e difusão cultural. Copiando diversas obras da antiguidade, através dos copistas e escribas, provavelmente com o intuito de divulgá-

las e difundi-las, deu-se origem a um grande trabalho de reprodução de livros e textos, bem como aos rudimentos da idéia de uma produção editorial. A produção dos copistas era um processo lento e trabalhoso, tanto para elaborar o original de uma obra como para reproduzi-la, de modo que a tarefa dos escribas e copistas constituía um trabalho árduo, meticoloso, demorado e que envolvia muitos agentes na etapa de produção e reprodução das escrituras, como podemos observar na imagem a seguir (FIG. 4), em que se nos representa o ofício dos escribas na reprodução simultânea de várias cópias de uma escritura ditada pelo personagem central.



Fig. 4 – O ofício dos escribas e copistas nos primeiros séculos da era cristã.

Segundo Battles (2003), à medida que o império romano rumava para seu declínio, suas bibliotecas também começavam a definhar e desaparecer. A identidade cultural dos cristãos romanos definira-se pela oposição à arte e à literatura pagãs, ainda que, nas primitivas comunidades monásticas dos primeiros séculos da era cristã, ainda se guardavam e se reproduziam, mesmo que precariamente, textos e obras da Antigüidade pagã, destinados à instrução de seus monges nas artes da leitura e da escrita.

Durante a Idade Média, na Europa Ocidental sob o domínio político e cultural da Igreja Católica, as bibliotecas ficaram quase que invariavelmente confinadas aos mosteiros, eram as *scriptoria* monásticas de que nos fala Chartier (1999, p.121), cujos acervos mantinham-se bem guardados de eventuais leitores laicos. Na Europa, as bibliotecas medievais constituíam lugares extremamente conservadores, e seus acervos contemplavam apenas um número muito restrito de obras, atendo-se àquelas consideradas “veneráveis” e dignas da cristandade

(BATTLES, 2003, p. 65). Algumas das heranças decorrentes do monopólio da igreja sobre as escrituras são a concepção do livro como objeto de culto e a leitura entendida como uma atividade ligada ao sagrado, e que, portanto, deveria permanecer restrita aos membros das ordens religiosas e a seus benfeiteiros.

Somente a partir do século XIII começaram a surgir as universidades, como a Sorbonne, na França, que passaram a formar seus próprios acervos de manuscritos e códices, cujo acesso era eminentemente destinado aos eruditos e estudantes leigos, atendendo porém, em especial, à necessidade de seus professores.

A biblioteca da Sorbone, em Paris, que passou por um dramático processo de expansão durante o século XII, exemplifica bem a mudança que as universidades trouxeram para o universo das bibliotecas européias. [...] o rápido crescimento no número de códices marcou uma mudança qualitativa e quantitativa na natureza da biblioteca. De fato, em meados do século XIII, os livros da faculdade não estavam nem mesmo reunidos numa biblioteca. Ficavam distribuídos entre os professores, que os utilizavam em suas atividades de ensino. Era só quando um professor viajava que os livros usados por ele ficavam armazenados em arcas acessíveis a todos (BATTLES, 2003, p. 80).

Segundo Battles (2003), durante a Idade Média, “só a estrita necessidade justificava o acesso aos livros e à própria alfabetização” (p. 74) e o humanismo representou uma profunda transformação na economia política da leitura, “criando não apenas uma oferta de novos tipos de livros (a saber, os antigos, agora redescobertos), como também novas maneiras de lê-los” (idem).

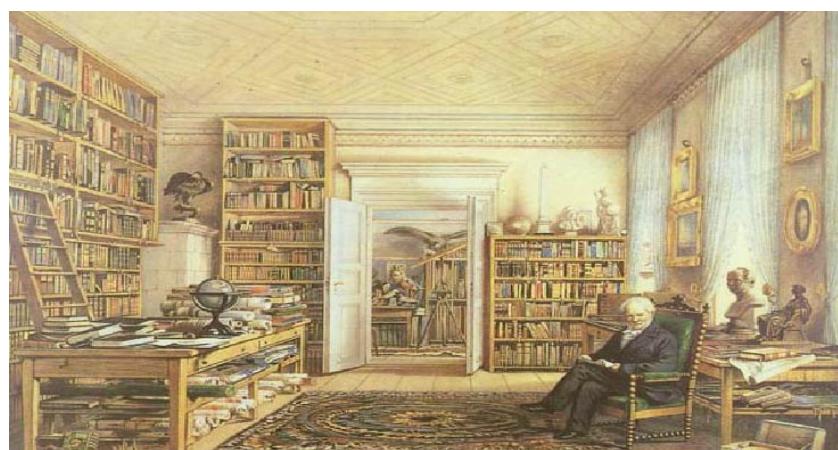
Chartier (1999), em suas conversações com Jean Lebrum, apresenta-nos também uma outra herança cultural concernente às bibliotecas, cuja origem provável remonta aos séculos XIII e XIV: a de que as bibliotecas devam ser espaços de culto ao silêncio.

Os primeiros textos que impunham silêncio nas bibliotecas não datam senão dos séculos XIII e XIV. É apenas nesse momento que, entre os leitores, começam a ser numerosos aqueles que podem ler sem murmurar, sem ‘ruminar’, sem ler em voz alta para eles mesmos

a fim de compreender o texto. Os regulamentos reconhecem esta nova norma e a impõem àqueles que não teriam ainda interiorizado a prática silenciosa da leitura. Pode-se então supor que antes, nas ‘scriptoria’ monásticas ou nas bibliotecas das primeiras universidades, ouvia-se um rumor, produzido por essas leituras murmuradas, que os latinos chamavam de ‘ruminatio’ (CHARTIER, 1999, p. 121).

Durante o Renascimento, além das bibliotecas particulares e dos acervos das universidades, surgiram grandes bibliotecas organizadas por ordem de governantes do período, como a célebre Biblioteca Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau V em Roma³, onde os livros sagrados e religiosos eram criteriosamente separados das obras seculares e profanas.

Em 1444, em Florença, inspirada nas bibliotecas públicas da Roma antiga, a idéia de uma biblioteca pública torna a surgir com a fundação da biblioteca de São Marcos, por Cosimo de Médici, mais tarde reconhecida como a primeira biblioteca pública moderna. Battles (2003) ressalta que, na Florença do séc. XV, o termo “público” referia-se “não à universalidade do acesso, mas ao palco sobre o qual a Igreja, a nobreza e as poderosas famílias mercantis desempenhavam seus papéis e exerciam sua autoridade” (p. 72). Notamos aqui outra herança importante: a associação das bibliotecas às elites religiosas, políticas e econômicas, na conformação de um projeto de “elite cultural”, cujos valores de maior prestígio incluíam a erudição e a cultura livresca (FIG. 5)⁴.



³ Referências históricas e imagens (Figuras 1 a 4) obtidas no artigo *Biblioteca Infanto Juvenil: por que montar uma?*, de Rita Foelker, publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 13/04/2002.

⁴ Fonte da imagem: CHARTIER, Roger. In: *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo, Ed. Unesp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

Fig. 5 – Humboldt em sua biblioteca. A exemplo de Humboldt, muitos intelectuais, ao longo da história, fizeram questão de ser retratados na companhia dos livros.

Mesmo após o advento da imprensa – método de reprodução de obras aperfeiçoado por Gutemberg no séc. XV, o que provocou um crescimento espantoso dos acervos de muitas bibliotecas – a idéia de uma biblioteca associada quase que exclusivamente às elites perdurava. Battles (2003) ressalta que “as grandes bibliotecas não surgiram em virtude da economia ou da eficácia da página impressa, que mais tarde viriam a temer. Estavam mais ligadas ao apetite que duques, mercadores e papas tinham por esse novo tipo de erudição congênita ao Renascimento” (p. 76).

A posse e o acesso aos livros e escrituras sempre constituíram importante fator de prestígio político-social e de manutenção do poder. Controlá-los, armazená-los e conservá-los tornara-se vital ao projeto de sociedade das elites renascentistas. No século XVI, durante a Contra-Reforma, a preocupação da Igreja Católica em relação ao controle sobre os livros e escrituras ganhou tal proeminência que, sob a recomendação do Santo Ofício, fora produzida uma lista das obras proibidas pela Igreja, as quais deveriam ser queimadas. Tratava-se do *Index Librorum Prohibitorum*⁵, que condenava à fogueira inumeráveis obras da Antigüidade e de outros tempos, por serem consideradas heréticas, pagãs ou anti-cristãs. Nesse período, muitas bibliotecas esforçaram-se em preservar obras inestimáveis de seus acervos da implacável onda de intolerância que assolou o ocidente durante a Inquisição Católica. O terror promovido pelo Santo Ofício era sentido pelos bibliotecários do século XVI, como nos relata Battles (2003):

Obras como as histórias de Zózimo ('o pagão que teve o mau gosto de culpar os cristãos pela queda de Roma', na provocadora descrição de Anthony Grafton) foram escondidas por ele⁶, segundo conta um frustrado leitor francês, 'no mais profundo e obscuro recanto da Biblioteca do Vaticano'. Durante a Contra-Reforma, Sirleto descobriria aquilo que os bibliotecários já sabiam há muito

⁵ “Índice de Livros Proibidos”, produzido sob o patrocínio da Igreja Católica do séc. XVI, cujo objetivo era o de deflagrar uma caçada à cultura pagã e promover uma “limpeza” nos acervos das bibliotecas do mundo cristão.

⁶ Battles refere-se aqui ao bibliotecário Girolamo Sirleto, que trabalhou na biblioteca do Vaticano no séc. XVI, durante a Contra-Reforma da Igreja Católica.

tempo: que o melhor lugar para esconder um livro é a biblioteca”
(BATTLES, 2003, p. 84).

Talvez dessa atmosfera de terror e excessivo controle imposta às bibliotecas e a seus bibliotecários pelo Santo Ofício decorra uma importante herança cultural, da qual ainda somos depositários: a do entendimento da biblioteca enquanto um espaço de preservação de livros e obras, o que, em certa medida, impõe limites à disposição e à circulação de seus acervos entre leitores.

Nos séculos XVII e XVIII, com o crescimento do número de obras e com o surgimento de grandes bibliotecas universais, como a biblioteca da universidade de Harvard na América, os grandes desafios eram a organização, a preservação e a conservação de seus acervos, muitas vezes oriundos da generosidade de seus doadores, que não se furtavam a fiscalizar o destinamento e a manutenção de suas valiosas doações, como podemos observar no texto de uma carta que um dos principais doadores da biblioteca de Harvard, um londrino de nome Thomas Hollis, escreveu em 1725 à universidade:

Nós, por aqui, achamos que sua biblioteca vem sendo mal administrada. [...] Faltam cadeiras para sentar e ler, e correntes para proteger os livros preciosos. [...] Vocês permitem que seus livros sejam levados à vontade para casa, e muitos são perdidos; seus estudantes pueris carregam os livros para os quartos, recortando ilustrações e mapas para adornar as paredes. Isso não é bom. Se precisam de uma sala para livros modernos, é fácil remover os menos úteis para um lugar mais afastado, mas não vendam nenhum. Eles são sagrados (HOLLIS apud BATTLES, 2003, pp. 89-90).

Conforme a produção em massa de livros se expandia, as bibliotecas da Europa e da América do século XIX perceberam seus acervos multiplicados astronomicamente. Muitas delas acumulavam então centenas de milhares de livros, como era o caso da Biblioteca do Museu Britânico, em Londres. Em meio ao turbilhão de novos volumes, os leitores que a freqüentavam em busca de um texto específico, sentiam-se agora confusos e “perdidos”, uma vez que os catálogos ultrapassados e pouco criteriosos quanto à organização dos acervos, dificultavam-lhes o acesso às obras. Urgia, pois, o aperfeiçoamento das técnicas de

catalogação dos acervos, bem como um projeto mais sofisticado em relação ao funcionamento e aos objetivos das bibliotecas públicas. Por essa razão, começaram a proliferar discussões acerca do *como* e do *para que* produzir catálogos e conceber projetos mais arrojados nas bibliotecas. Um dos que pugnaram nesse sentido foi Antônio Panizzi, bibliotecário responsável pela Biblioteca do Museu Britânico em meados do século XIX, que em 1836 redigiu um relatório aos curadores do museu sobre a importância de elaborar um catálogo que atendesse às novas demandas. Em seu relatório, Panizzi afirma:

O primeiro e principal objetivo de um catálogo é facilitar o acesso às obras que fazem parte da coleção [...] Eu quero que o estudante pobre tenha os mesmos recursos que o homem mais rico deste reino para satisfazer sua vontade de aprender, desenvolver atividades racionais, consultar autoridades nos diversos assuntos e aprofundar-se nas investigações mais intrincadas. Acho que o governo tem a obrigação de dar a esse estudante a assistência mais generosa e desprendida possível (PANIZZI, apud BATTLES, 2003, p. 133).

Para Battles (2003), Panizzi via seu catálogo não como uma mera listagem, ou como apenas um guia para o conhecimento; tratava-se de uma ferramenta política de transformação social através de uma nova forma de se conceber as relações entre leitores e livros nas bibliotecas. Panizzi pretendia, com o novo sistema, transformar a biblioteca num espaço mais democrático, tornando seus mecanismos mais transparentes aos consulentes, conferindo a estes uma maior autonomia, e ampliando o universo de leitores que a poderiam freqüentar. Com o sistema concebido por Panizzi, portanto, mais do que produzir um novo tipo de catálogo, a idéia era a de produzir um novo tipo de leitor; “mais independente, mais consciente do sistema operante das bibliotecas” (BATTLES, 2003, p. 135). Graças a iniciativas de bibliotecários do século XIX como Panizzi, uma nova idéia é deixada às gerações posteriores como um importante legado, talvez um pouco negligenciado nos dias atuais: a idéia de que a biblioteca tem uma função social e um compromisso com a formação de seus leitores.

A biblioteca do século XIX é fruto dessas múltiplas heranças que se acumularam desde Alexandria. Nos cem anos compreendidos entre 1800 e 1900, o mundo passou por profundas transformações tanto no campo da produção, cujo maior exemplo é a revolução industrial,

quanto na ciência e na cultura, ambos marcados por avanços, descobertas e revoluções sem precedentes na história da humanidade. É no espírito desse século que surge a primeira grande biblioteca brasileira. Estimulada pela chegada da família real ao Brasil em 1808 e incentivada por D. João VI em 1814, com um numeroso acervo de cerca de 60.000 volumes trazidos pela Corte de além-mar, a Biblioteca Real, no Rio de Janeiro, ou Biblioteca Nacional (FIG. 6), como a conhecemos atualmente, é um exemplar monumental desses “templos do saber”.



Fig. 6 – Fachada do prédio da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Segundo Lajolo e Zilberman (1999), a abertura da Biblioteca Nacional ao público, ainda que constituísse um fato bastante significativo à população da capital imperial brasileira, provocava muitas inquietações em seus consulentes mais criteriosos, cujos comentários apontavam ora para a pouca atualidade das obras disponíveis na biblioteca, ora para a pouca freqüência de leitores (pp. 176-177), o que se atribuía a um desinteresse generalizado pela leitura num país de “não-leitores”.

A Biblioteca, como se diz, de setenta mil volumes, presente que o rei trouxe consigo de Portugal para a capital do Brasil, está colocada no edifício dos Terceiros da Ordem do Carmo. Os assuntos de história

e jurisprudência são os mais fartamente representados. [...] A entrada na Biblioteca é facultada ao público durante grande parte do dia; entretanto, aqui é tão pouco sentida a importância das ocupações literárias, que as salas permanecem, por assim dizer, vazias⁷ (SPIX e MARTIUS apud LAJOLO & ZILBERMAN, 1999, p. 177).

Outros comentários, além de referirem-se ao numeroso acervo, à importância da biblioteca à cultura da cidade e ao pequeno número de freqüentadores, assinalam também a presença dos leitores negros, além de apontarem algumas das práticas de leitura estimuladas no interior da Biblioteca Nacional, como, por exemplo, o empréstimo de materiais para tomar notas sobre o que liam.

A Biblioteca Nacional contém quase 80.000 volumes, e ocupa um edifício primitivamente de propriedade dos Carmelitas. [...] A Biblioteca honra a cidade. Cada pessoa decentemente vestida, branca ou preta, tem acesso livre à consulta e se quiser fazer extratos, ser-lhe-ão fornecidos penas, tinta e papel.

Raramente encontrei ali mais de meia dúzia de consulentes, sendo a maioria jovens de cor – um fato corroborativo do que várias vezes já se disse sobre o caráter ambicioso desta parte da população⁸ (EWBANK apud LAJOLO & ZILBERMAN, 1999, p. 180).

A partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir por todo o Brasil diversas bibliotecas, gabinetes e sociedades de leitura, a maioria desses espaços constituídos através de doações de comerciantes e “senhoras” de famílias da elite brasileira.

É importante mencionarmos que, no Brasil colonial, não havia bibliotecas públicas de qualquer espécie. Os livros trazidos pelos jesuítas ficavam restritos aos conventos para o uso exclusivo dos sacerdotes da Igreja. Durante esse período, a instrução e a formação intelectual encontravam-se sob a direção dos jesuítas de São Vicente e Salvador que fundaram aqui os primeiros colégios brasileiros, nos quais surgiram o que podemos chamar de esboços das primeiras “bibliotecas escolares”.

⁷ Spix, Johann Baptist von & Martius, Carl F. Philip von, op. cit., p. 54.

⁸ Ewbank, Thomas. *A vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacau e das palmeiras, com um apêndice contendo ilustrações das artes sul-americanas antigas*. Trad. De Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 332.

De acordo com NOGUEIRA (1986), quando os jesuítas estabeleceram-se em terras brasileiras, uma de suas primeiras preocupações fora solicitar a Portugal que lhes enviasse documentos e obras religiosas com a finalidade de montarem os acervos das bibliotecas dos colégios que aqui fundaram. (pp. 147-150). Segundo MILANESI (1986) “os jesuítas, como não podia deixar de ser, organizaram as primeiras bibliotecas no Brasil, nascidas nos lugares onde eles assestavam suas armas para a conversão do gentio” (p. 65).

Nas bibliotecas dos colégios fundados pelos jesuítas, o acervo voltava-se à catequese e ao aperfeiçoamento espiritual dos sacerdotes. De acordo com Milanesi (1986), as obras que compunham os acervos dos colégios jesuítas eram essencialmente litúrgicas, de cunho religioso, de acordo com a “visão de mundo” e com a ideologia cristã pretendidas pela Companhia de Jesus “sob o respaldo do colonizador” (p. 65).

Milanesi (1986) afirma que “os livros e bibliotecas eram instrumentos que os incansáveis jesuítas usavam para reproduzir a sua verdade de salvação eterna e de exploração terrena” (p. 66). Semelhante ao que ocorria nos monastérios da Europa medieval, o acesso ao acervo das bibliotecas dos colégios jesuítas era por vezes dificultado, chegando-se à proibição da consulta de obras “não recomendadas” mesmo entre os religiosos.

Transformações mais significativas no âmbito educacional só ocorreram anos após a expulsão dos jesuítas, quando o Brasil, tornando-se uma nação independente de Portugal, começou a ampliar, ainda de forma muito modesta e deficitária, a educação à população brasileira. Ao outorgar a Constituição em 1823, D. Pedro I estendeu a instrução primária gratuita a “todos” os cidadãos brasileiros e, a partir de 1827, foram criadas as primeiras escolas primárias no país. Como resultado disso, inicia-se no Brasil, em meados do século XIX, a discussão sobre a necessidade de bibliotecas apropriadas às escolas.

As bibliotecas escolares, tal como as concebemos hoje, começaram a surgir efetivamente com a criação das escolas normais e, posteriormente, dos ginásios estaduais, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Cabe salientar que, inicialmente, tais bibliotecas visavam o atendimento aos estudantes e professores das escolas normais, vindo mais tarde a serem implantadas, sobretudo nos ginásios, as bibliotecas destinadas às crianças, chamadas então de “bibliotecas infantis”. Uma dessas primeiras bibliotecas escolares brasileiras foi a biblioteca da Escola Estadual Caetano de Campos, na

cidade de São Paulo, inaugurada em 1925 por iniciativa de Carlos Alberto Gomes Cardim, então diretor da Escola Normal, e reinaugurada em 1936, ligada aos princípios da Escola Nova, quando passou a ser chefiada por Iracema Silveira, que ficou no cargo de bibliotecária-chefe até a aposentaria em 1966. De sua inauguração em 1925 até 1936, a biblioteca havia sido administrada por professores da Escola Estadual Caetano de Campos, dentre eles Lenyra Fraccarolli, que organizou a primeira Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo.

Criada para uso dos alunos do curso primário, a Biblioteca Infantil Caetano de Campos era motivo de orgulho aos seus organizadores (FIG. 7) e dispunha de um acervo voltado às necessidades dos alunos do curso primário, bem como de um mobiliário especialmente construído para atender ao público infanto-juvenil, permitindo que os livros estivessem sempre ao alcance de seus consulentes.

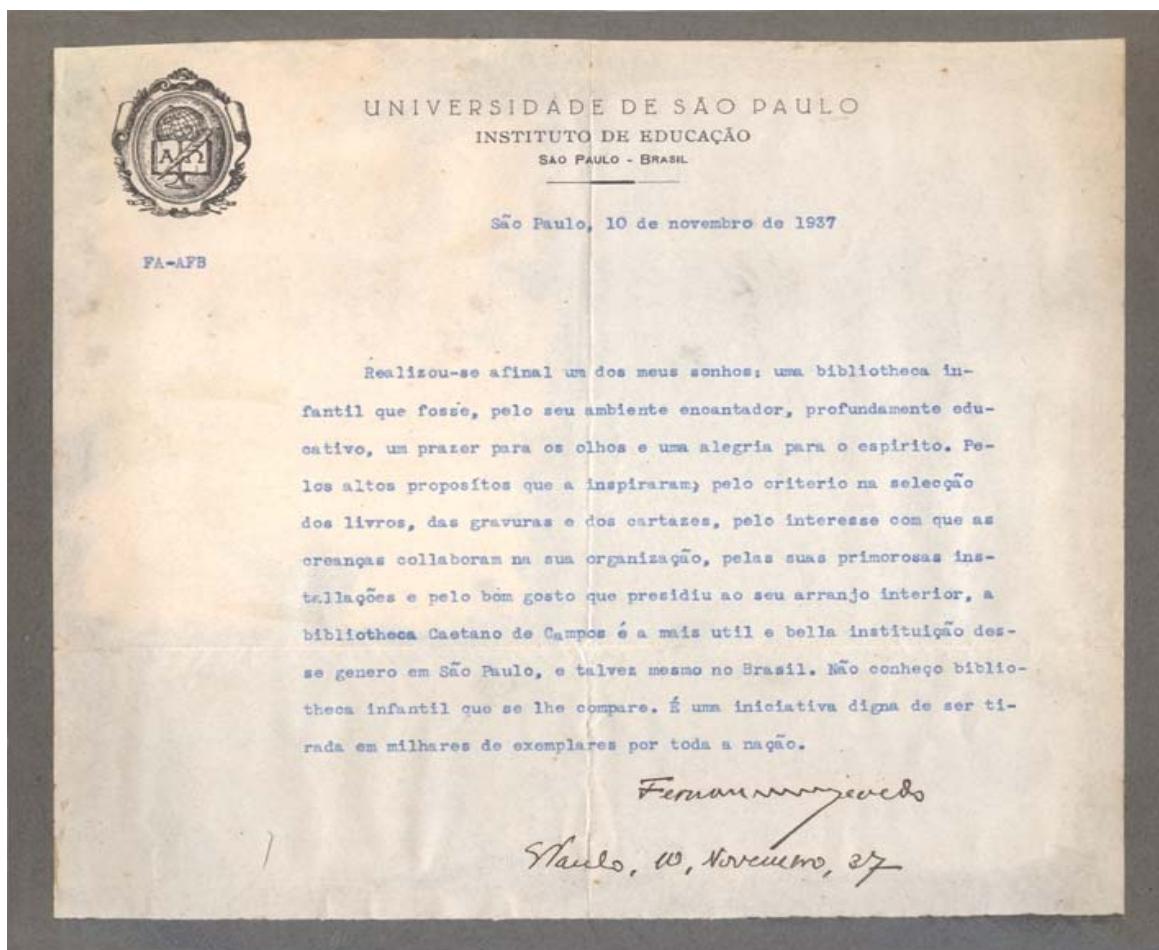


Fig. 7 – Ata de inauguração da Biblioteca Escolar Caetano de Campos em São Paulo⁹

⁹ Fonte da imagem: Acervo iconográfico da Escola Estadual Caetano de Campos, disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/exp_a.php?t=003e> (acesso em 08/07/2006).

Segundo Lajolo e Zilberman (1999), a multiplicação de bibliotecas e iniciativas em torno da leitura e do livro sinaliza um conjunto de esforços relevantes ao aprimoramento do “aparelho de leitura” num Brasil que se tornava um país republicano (p.182). Entretanto, como a própria autora afirma, tais esforços eram ainda insuficientes “para construir um país, que, conforme Monteiro Lobato, diante da Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, se faz de *homens e livros*” (p. 182).

A célebre frase de Lobato encerra um componente ideológico bastante característico do entendimento das relações entre homens e livros na conformação de um projeto nacional que precisa ser planejado e conduzido estrategicamente pelas instâncias de poder que controlam a nação. Exemplos dessa ideologia, levados ao extremo ao longo dos regimes nazi-fascistas europeus no século XX, produziram comportamentos totalitários e xenofóbicos em relação a ambos: homens e livros.

Entre 1933 e 1945, na Alemanha nazista, estima-se que cerca de cem milhões de livros e seis milhões de seres humanos foram consumidos nas chamas do holocausto (BATTLES, 2003, p.167), em nome de um projeto nacional que, para se consumar, não poderia admitir na nação certos livros e certos seres humanos. Homens e livros, portanto, que não fossem considerados “convenientes” aos ideais nacionalistas da Alemanha de Hitler, eram sistematicamente eliminados. Segundo Battles (2003), o controle e a censura em relação aos livros, bem como a destruição de inúmeras bibliotecas ao longo do século XX, provocaram uma transformação bastante significativa das relações entre homens e livros no mundo contemporâneo.

Se o século XIX caracterizou-se pela construção de bibliotecas, o século XX ficou marcado por sua destruição. Naturalmente, a queima de livros não é uma invenção recente. Ela espreita a história das bibliotecas de Alexandria e Tenochtitlán, da Capadócia à Catalunha, da dinastia chinesa de Qin à dissolução dos mosteiros na Inglaterra. Mas foi no século XX que novas maneiras de destruir livros e instrumentalizar essa destruição foram testadas e aperfeiçoadas. Não é exagero dizer que a súbita desencarnação dos livros, com os textos sendo absorvidos primeiro na granulação escurecida dos microfilmes e, finalmente, no espaço etéreo dos pixels da Internet, teve início com um brutal retorno da violência contra os livros na

Primeira e na Segunda Guerra Mundial. A observação de Heinrich Heine – ‘onde se queimam livros, acaba-se queimando pessoas’ – é freqüentemente invocada quando se trata de biblioclastias contemporâneas, como as queimas de livros promovidas pelos nazistas em maio de 1933. No entanto, Heine era um homem do século XIX escrevendo [...] a respeito das queimas de livros em Portugal e na Espanha do século XV. No século que passou, porém, com suas ideologias e guerras totais, ficou claro que queimar uma biblioteca não é a única maneira de destruí-la” (BATTLES, 2003, pp. 157-158).

Fica claro que, para Battles (2003), a herança que o século XX deixou à posteridade com a trágica experiência da destruição de livros e bibliotecas no decorrer das duas Guerras Mundiais que assolaram a Europa e aterrorizaram o mundo, traduz-se nas tendências do século XXI pela digitalização dos livros e pela constituição de acervos de bibliotecas virtuais, o que, segundo o autor, pode caracterizar o prenúncio de uma futura extinção desses espaços físicos, portanto concretos e reais, de encontros entre leitores e livros, que são as bibliotecas tradicionais.

Preocupação semelhante encontramos em Chartier (1999), que apesar de demonstrar um certo entusiasmo em relação às novas possibilidades de leitura, a novos modelos de biblioteca e a novos tipos de relações entre os seres humanos e a cultura escrita, proporcionados pelo advento do texto eletrônico (p. 117), revela certas reservas quanto a algumas implicações decorrentes da evolução dessas novas modalidades de se relacionarem leitores e textos num ambiente virtual.

A partir do momento em que se transforma uma revista, um periódico, um livro em um texto eletrônico acessível em uma tela, propagado pela rede, parece que se pode dispensar a conservação do objeto original, já que o texto, de qualquer modo subsiste.

Os historiadores do livro (como eu) estão, no entanto, muito preocupados com essa evolução. Com efeito, a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que lêem. Ler um artigo em um banco de dados eletrônico, sem saber nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o ‘mesmo’ artigo no número da revista na qual

apareceu, não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de textos reunidos no mesmo número do projeto intelectual e editorial da revista e do jornal. Às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto da destruição, quando deveria ser considerada a exigência da conservação (CHARTIER, 1999, pp. 127-128).

As bibliotecas, em suma, sintetizam essas muitas vertentes herdadas ao longo dos séculos, de modo que as imagens que as representam hoje incorporam traços muitas vezes indiscretos dessa herança cultural milenar que faz da biblioteca um espaço plural, em que se confluem diferentes modelos arquitetônicos e funcionais; diversas formas de organização, disposição e circulação de acervos; variadas condutas e posturas de bibliotecários e consultentes; múltiplas práticas de leitura e infinitas possibilidades de relacionamento entre leitores e livros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que são as bibliotecas afinal? Espaços que buscam reunir o universal? Espaços de acúmulo e difusão cultural? “Templos do saber” que têm no livro um objeto de culto e na leitura uma atividade sagrada? Espaço de murmúrio de leitores inquietos? Espaços em que se cultivam o silêncio e a ordem? Espaços de leitura solitária e compenetrada? Espaços de pesquisa, estudo e convívio para sábios, cultos, eruditos e intelectuais da elite cultural? Espaços organizados e assépticos de preservação de livros e textos? Espaços políticos de transformação social? Espaços vigiados, controlados, censurados? Espaços em extinção face às novas tecnologias digitais? Espaços de fuga e narcose para leitores compulsivos e desesperados? Espaços abandonados de livros encobertos de poeira e semi-destruídos pelas traças? Espaços mágicos (FIG. 8) e misteriosos para crianças¹⁰? Espaços de construção das

¹⁰ A figura 8 foi retirada de uma cena do filme “Harry Potter e a Pedra Filosofal”.

relações entre leitores e livros? Talvez as bibliotecas sejam, a um só tempo, todos esses espaços e a possibilidade de muitos outros.

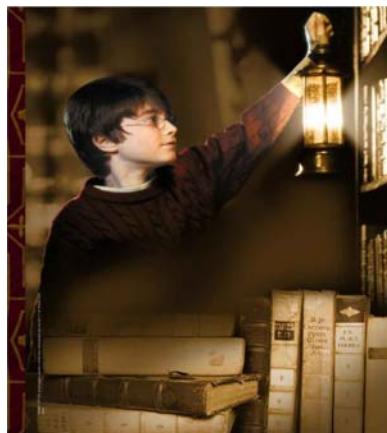


Fig. 8 – *Harry Potter entra pela primeira vez na fascinante biblioteca da escola de magia “Hogwarts”.*

Mesmo com todas as suas contradições, distorções e disfunções, o encanto inexplicável que as bibliotecas exercem sobre os seres humanos perdura, e não há quem, entrando numa grande biblioteca pela primeira vez, não sinta nas entranhas a fascinante agonia que reside entre o desejo mágico e a impossibilidade concreta de ler o universal.

4. REFERÊNCIAS

BATTLES, Mathew. *A conturbada história das bibliotecas*. Tradução. João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Tradução. Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BEDRAN, M. T. S. *A leitura na escola de primeiro grau: gerando o desprazer do texto*. Belo Horizonte, MG. Faculdade de Educação, UFMG, 1988. (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. Tradução. Cristiane Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Tradução. Enid Abreu Dobránszky. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. *A invenção do cotidiano*:1. Artes de fazer. Tradução. Ephraim Ferreira Alves. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *Do livro à leitura*. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. Tradução. Cristiane Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001.

- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. *Leitura e Envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros*. São Paulo, Faculdade de Educação - UNICAMP - 2006. (Dissertação de Mestrado).
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 3^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura – política para o livro*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.
- MILANESI, Luiz. *Ordenar para desordenar – centro de cultura e bibliotecas públicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- NOGUEIRA, Maria Christina de Almeida. *Considerações sobre o usuário da biblioteca escolar*. Boletim ABDF Nova Série, Brasília, v. 9, n. 2, p. 147 – 150, abr./ jun. 1986.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 5^a ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- _____. Condições para fazer leitores nas escolas brasileiras: do medonho ao sem-vergonha. In: FERREIRA, Norma Sandra de Almeida (Org.). *Leituras: um cons/certo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- _____. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1983.
- _____. *Leitura na escola e na biblioteca*. 5^a ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 1995b.
- SILVA, Lílian Lopes Martin da. *A escolarização do leitor: a didática da destruição da leitura*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1986.
- _____(Org.) et al.. *Entre leitores: alunos professores*. Campinas, SP: Komed/Arte Escrita, 2001.
- _____. Às vezes ela mandava ler dois ou três livros por ano. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 3^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.